



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

O Centro Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios funciona em forma de serviço “one stop”, para a recepção e tratamento das queixas dos cidadãos. Por via da simplificação e aceleração dos processos, este Centro pretende ajudar os cidadãos a resolver os problemas mediante a prestação de apoio técnico e jurídico, e a salvaguardar as relações de boa vizinhança. Mas, na realidade, registam-se dificuldades no tratamento, por causa da falta de colaboração de uma parte dos proprietários, o que impossibilita a inspecção das habitações e resulta na prorrogação da reparação, a que se acresce o longo tempo de espera para a inspecção a efectuar pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT). Mas outra razão principal para esta questão diz respeito ao actual funcionamento do Centro, que merece melhorias.

Segundo informações dos trabalhadores da linha de frente, no decorrer da prestação de apoio aos queixosos, ao pretenderem acompanhar, através de telefonema para o Centro, o andamento da inspecção, a resposta dada é que é necessário aguardar pelo relatório da DSSOPT. Ao telefonarem então para a DSSOPT, esta indica a necessidade de pedir informações ao Centro. Perante a prática em que cada serviço empurra as responsabilidades para o outro, os problemas não são atempada e efectivamente resolvidos. Alguns proprietários procederam à reparação das habitações a expensas deles, mas isso não significa que se pode encontrar, de forma rápida, a origem das infiltrações de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

água. Há casos em que não se consegue encontrar a respectiva origem decorridos vários anos, o que resulta no agravamento do problema, incluindo a criação de bolor em paredes e sobrado da habitação, que se torna inabitável devido a este ambiente. Pelo exposto, o Governo deve assumir responsabilidades e introduzir, quanto antes, melhorias no actual modelo de trabalho.

Nestes termos, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou que pretendia apresentar, junto dos serviços jurídicos, como proposta a estudar, a possibilidade de revisão da legislação, e que ia, através da revisão do regime de propriedade horizontal constante do Código Civil, atribuir ao referido Centro os poderes públicos necessários, pois é difícil não só entrar nas fracções para resolver as infiltrações de água, como aplicar sanções administrativas aos proprietários que não cumprem o dever de reparação. Qual é o ponto de situação desta proposta? Quando é que os respectivos trabalhos de revisão vão ter início?

2. O tempo de espera para fazer inspecções é longo, e há grande falta de entidades e de recursos humanos nesta área. Perante esta situação, que esforços foram feitos pelo Governo para simplificar os procedimentos e aumentar os recursos humanos? De que planos dispõe para o efeito?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. As infiltrações de água trazem consequências vastas e abrangentes, e os actuais mecanismos interserviços para o tratamento de infiltrações não funcionam devidamente. Como é que o Governo vai reforçar a coordenação dos trabalhos dos diversos serviços públicos, a fim de elevar a eficácia do tratamento das infiltrações de água, a nível interserviços?

5 de Fevereiro de 2015

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon